



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



Editorial

Pedro Santos Guerreiro

Director



“Que as instituições judiciais os persigam”



Nos sensíveis dias que vivemos, o primeiro-ministro arrisca-se a ser acusado de pressionar a Justiça. Mas mandar “as nossas instituições judiciais [perseguir] os responsáveis por esse tipo de práticas”, no BPN e no BPP, não é isso. É uma frase que tem um antes e um depois.

As notícias já eram arrepiantes antes de José Sócrates as classificar como tal. Mas agora ficámos com a certeza de que o Governo não só se vai colocar do lado dos “bons” como quer atacar os “maus”.

Não restam dúvidas de que os clientes de produtos de capital supostamente garantido do Banco Privado Português vão ser salvos, sem que o seja o banco e os seus accionistas, tal como o **Negócios** avançou há uma semana. Não para corrigir uma injustiça, espera-se, mas para reconhecer um erro: o falhanço do Estado. E é esse reconhecimento que legítima, também, que quem representa o Estado queira arrolar os demais actores desta história, seja pelas acções coniventes, seja pelas omissões convenientes: auditoras, reguladores, supervisores.

Mas sobretudo os gestores. O golpe de teatro de ver João Rendeiro ameaçar processar o presidente da CMVM pelas suas declarações é um movimento de translação ao contrário. Mesmo que Carlos Tavares tivesse ido longe de mais, só faltava mesmo ver o acusado processar o acusador. Mas Tavares não foi longe de mais: do que mais estamos fartos é de reguladores descafeinados. Regulação é poder e o poder é para ser exercido sem medo nem favor. Atribuir agendas próprias a Carlos Tavares é uma mera manobra de diversão sobre o trabalho daquele a quem se exige... trabalho.

As palavras de José Sócrates no Parlamento mudam o rumo da história tal como ela estava a ser contada. O Governo não só deixou cair o BPP como deu o sinal de partida de caça ao homem. Rendeiro é um homem isolado. Isolado talvez de mais: não era o único gestor que andava a fabricar ilusões no Privado. Como Oliveira Costa não pode ser o único culpado do que se suspeita ter acontecido no Banco Português de Negócios.

Ao meter BPN e BPP na mesma frase, Sócrates está a equivaler casos que, até aqui, não estavam no mesmo grau. No BPN, há suspeitas de branqueamento de dinheiro e de fraude; no BPP, há de abuso de confiança e falsificação de documentos.

Jaime Antunes, que representa clientes do BPP, tem insistido na prisão de gestores do BPP. João Rendeiro foi chamado de gatuno no fim-de-semana passado em fotografias publicadas em todos os jornais. Sócrates junta-se agora, e legítima o entendimento de que é preciso haver gente a ver o sol aos quadradinhos.

Quem está no poder precisa de prisões com mais um banqueiro lá dentro. Quem está na oposição capitaliza enquanto ele está cá fora. Este tipo de ambiente é um perigo. Incita o linchamento, e não a justiça. O martelo que os juizes têm na mão serve para matar audiências, não pessoas. Só os caçadores de vampiros usam, além de um martelo, a estaca. Não há paciência para a cena “coitadinho do crocodilo” de João Rendeiro, mas um Estado de Direito tem de ser, pelo menos, um estado direito. Faça-se justiça. Mesmo.

AUDIÇÕES DE VÍTOR CONSTÂNCIO E TEIXEIRA DOS SANTOS ADIADAS PARA A SEMANA QUE SE INICIA A 25 DE MAIO



SÉRGIO LEMOS

Maria de Belém Roseira preside à Comissão de Inquérito ao BPN

Comissão é prolongada

■ A Comissão de Inquérito Parlamentar ao caso BPN vai ser prolongada por mais 30 dias.

“Aquilo que está previsto, como houve várias jornadas parlamentares e temos um longo e profundo relatório para elaborar, é fazer o relatório agora e adiar as audições que estavam marcadas para a próxima semana”, explicou ao CM Maria de

Belém Roseira, que preside à comissão. A audição de Vítor Constâncio, governador do Banco de Portugal, e de Teixeira dos Santos, ministro das Finanças, marcadas para os dias 19 e 21, são assim proteladas até à semana que se inicia a 25 de Maio. O objectivo é dar tempo a Sónia Sanfona, deputada socialista, para terminar o relatório. ■D.R.



Bancos em crise Destino do BPP e do BPN a poucos dias de uma solução

BdP apoia causa dos clientes e entrega sorte do BPP ao Governo

Banco de Portugal considera que o Estado tem o dever de “salvar” os clientes com aplicações em fundos com retorno absoluto

Cristina Ferreira
 O Banco de Portugal (BdP) deixou nas mãos de José Sócrates a sentença final sobre a viabilidade do Banco Privado Português (BPP), apesar de se pronunciar favoravelmente sobre o “salvamento” dos clientes com aplicações em produtos de retorno absoluto, que ascendem a 1,2 mil milhões de euros. Ontem, o ministro das Finanças já veio garantir que o Governo está a estudar uma via para reembolsar os clientes o “mais rapidamente possível”.

O primeiro-ministro não deverá adiar por muito mais tempo a divulgação do que é o entendimento do Governo sobre estas matérias. Nesse sentido, o Conselho de Ministros pode mesmo reunir-se durante o fim-de-semana para apreciar os relatórios que recebeu esta semana sobre os dois bancos que, na sequência da crise financeira, revelaram problemas.

As opções em aberto
 Uma das questões que estão neste momento a preocupar as autoridades prende-se exactamente com o facto de o BPP ter as contas e os movimentos dos clientes congelados há várias semanas. Se esta situação se mantiver por muito mais tempo, Constanção será obrigado a retirar ao banco a autorização de exercício de actividade. Note-se que o BPP tem ainda em seu poder depósitos no valor de 300 milhões de euros, a maioria dos quais de entidades (empresas/accionistas/membros dos órgãos sociais) ligadas ao grupo Privado Holding (que controla o BPP).

De qualquer modo, ontem, ao final do dia, ainda não existia uma decisão final consolidada sobre o que fazer com o BPP. E os vários cenários permaneciam em aberto: envolver os accionistas na decisão final, com a gestão a ser vigiada pelos supervisores; liquidar já o BPP; liquidar a instituição de forma controlada e progressiva. Vítor Constanção teme os efeitos no

Protesto dos clientes do BPP merece o apoio do Banco de Portugal



rating da República, o principal critério que define o preço a que o Estado se endivida, de uma liquidação pura e dura do banco. Não por existir risco sistémico, dada a dimensão e a natureza do BPP, mas pelos efeitos psicológicos que a eventual queda do BPP pode ter em mercados instáveis. Já uma falência progressiva não desagradaria ao BdP. Recorde-se que a “extinção forçada” do BPP terá sobretudo impacto nos seus accionistas (agrupados na Privado Holding), que perdem o valor investido, 100 milhões de euros, e nos cerca de 150 trabalhadores.

Mas as autoridades estão divididas, não excluindo a reconversão do BPP numa instituição vocacionada para apoiar PME, como já veio defender Diogo Vaz Guedes, líder do PH. Os accionistas também já sugeriram que o BPP poderia receber os activos “tóxicos” dos outros bancos, para os tentar recuperar.

João Rendeiro foi pedir ajuda ao BdP no final de Novembro, alegando que o BPP estava à beira da falência, o que levou Constanção a intervir nomeando no início de Dezembro a gestão provisória liderada por Adão da Fonseca. Na sequência do pedido de auxílio, o Governo convidou um consórcio de seis instituições financeiras a emprestar ao BPP 450 milhões de euros com aval público, sustentado em activos do BPP, no valor inicial de 672 milhões de euros.

Suspeita levantada pela Deloitte Rendeiro denuncia “ataque pe

João Rendeiro considera “um ataque pessoal” a referência à possibilidade de ter pago despesas pessoais suas através de uma *offshore* do Banco Privado Português (BPP), noticiada pelo PÚBLICO na sexta-feira. “Considero a notícia em causa como sendo um ataque pessoal que constitui um dano à minha imagem, fazendo perigar a minha integridade física, bem como a da minha família”, diz o ex-presidente do BPP em comunicado emitido ontem e que não foi enviado para a redacção do PÚBLICO.



A notícia citava um documento da Deloitte, empresa de auditoria que está a trabalhar com a nova administração do banco, já na posse do Banco de Portugal (BdP), da CMVM e do Ministério Público, que investiga o assunto. O documento da Deloitte afirmava: “Segundo nos informaram, uma destas *offshore* [que tinham empresas do Grupo Privado Português como donas] foi igualmente utilizada para o pagamento de uma dívida relativa a um processo judicial da esfera privada do Dr. João Rendeiro”. Contactado antes da publicação da notícia para comentar, Ren-

deiro preferiu não se pronunciar. O ex-presidente do BPP diz, no seu comunicado, que aquele é um “documento interno do BPP, não auditado”, onde “a propósito de classificação de despesas terá sido escrito pelo funcionário que procedia à classificação das mesmas que tinha dúvidas se estas não teriam sido suportadas por uma sociedade *offshore* por mim vendida

A estratégia em aberto Estado avança com títulos do tesouro e espera pela revalorização dos activos dos clientes

As autoridades concertaram-se para pôr um fim ao diferendo que mantinham com os clientes do BPP, com aplicações em contas de retorno absoluto, e decidiram reembolsá-los. Em causa estão 1,2 mil milhões de euros, uma verba que não está contabilizada no balanço do BPP, e que, na sequência da crise bolsista, se desvalorizou para valores entre 600 e 700 milhões de euros. Para pôr em marcha a decisão foi criado, no quadro da CMVM, um grupo de trabalho que está a estudar os moldes em que vão decorrer os reembolsos dos activos de capital garantido, na

maioria obrigações subordinadas de bancos, e ainda uma pequena parcela de produtos estruturados. Uma solução que só terá pé para andar se avançar de forma progressiva e ao longo de cerca de quatro anos. Numa primeira fase, o Estado poderá entregar uma parte das verbas aplicadas em dinheiro ou títulos do tesouro. Em troca os clientes do BPP “vendem” ao Estado os seus activos. Com a estabilização dos mercados, a expectativa é que o património se valorize. A esmagadora maioria dos activos atinge o vencimento até 2019.



PAULO PIMENTA

Integração na Caixa ou criação de bad bank? Governo recebe contas do BPN e prepara-se para decidir o futuro

Ana Brito

Sorte do banco está em aberto e os cenários vão da integração na CGD, à alienação ou criação de um *bad bank* para juntar os chamados "activos tóxicos"

● O Governo já tem em mãos a radiografia completa do Banco Português de Negócios (BPN). A administração do banco nacionalizado, liderada por Francisco Bandeira, entregou ontem ao secretário de Estado do Tesouro e Finanças, Carlos Costa Pina, os resultados de 2008 do BPN.

Nas Finanças estão também os resultados da auditoria da Deloitte e os relatórios das avaliações encomendadas por Teixeira dos Santos ao Deutsche Bank e também à Deloitte, pelo que o Governo já está na posse de todos os elementos necessários para decidir o futuro do banco. Há quase sete meses que a instituição fundada por José Oliveira e Costa está sob gestão da Caixa Geral de Depósitos, que em Janeiro já tinha injectado no banco mais de 1,4 mil milhões de euros.

E os cenários em análise são vários, tal como são várias as sensibilidades sobre o assunto. No seio da administração da própria Caixa, as opiniões divergem. Se há quem prefira a integração do BPN no banco público, também há quem defenda que essa seria a pior decisão de todas, pois as imparidades detectadas no banco (que se estima superarem os dois mil milhões de euros) teriam que ser absorvidas pela instituição. Outra possibilidade inclui a venda do banco, em bloco, ou por activos. Com uma rede comercial de 200 agências, o BPN (expurgado dos "activos tóxicos"), pode ser visto como um bom investimento para quem queira ganhar dimensão ou entrar no mercado

português. Já houve manifestações de interesse de instituições internacionais e portuguesas, entre estas o Montepio Geral, como o PÚBLICO já noticiou. As questões que se colocam são primeiro saber se o Governo optará pela venda e, se o fizer, se o preço será atractivo, numa conjuntura económica desfavorável.

Outra possibilidade que tem vindo a ganhar força é a criação de um chamado *bad bank*, à semelhança do modelo que foi seguido em Inglaterra para o Northern Rock. A ideia é reunir numa entidade os bons activos, para vendê-los a um bom preço, e juntar noutra entidade os maus activos, que continuariam a estar na esfera pública. Uma possibilidade que, de resto, estará também a ser equacionada no caso BPP (ver texto ao lado).

O certo é que vender o banco tal como está parece tarefa difícil. Além das perdas volumosas, a reputação do BPN desfez-se por completo nos últimos meses, à medida que vieram a público irregularidades várias e negócios polémicos decididos por Oliveira e Costa e alguns membros da sua equipa de gestão.

Do lado das Finanças, a resposta continua a ser a mesma: o Governo divulgará qualquer decisão no momento oportuno. Mas também aqui há opiniões distintas. Se há quem considere que qualquer decisão do Governo só será conhecida depois do encerramento da comissão de inquérito à nacionalização do banco (que se encontra neste momento suspensa por 30 dias), outros defendem que, com as eleições à porta, José Sócrates tem pouca margem para decidir. É que, perante um cenário de crise económica, a generalidade dos portugueses/eleitores encara com maus olhos que o dinheiro dos seus impostos continue a ser canalizado para ajudar instituições onde há fortes indícios de ilegalidades e gestões ruinosas.

ssual"

ao BPP". Acrescenta Rendeiro que "a Deloitte, num documento confidencial para o BPP, reflectiu essa hipótese como algo a ser averiguado, mas nunca produziu qualquer relatório sobre a questão, nem validou essa afirmação".

O documento da Deloitte apresenta este assunto entre uma série de outros que "são da maior importância na avaliação da posição financeira e patrimonial do Banco" e refere-se "à necessidade de os investigar em maior profundidade e, por outro lado, à eventual comunicação às autoridades competentes".

Foi isso que foi feito, como reconhece o próprio João Rendeiro. "O documento interno do BPP foi enviado pela Deloitte para a CMVM e para o BdP, ao abrigo do dever de cooperação", lê-se no comunicado. Rendeiro contesta que "uma questão 'a ser averiguada', nunca o foi, e foi usada pelo PÚBLICO como 'conclusão de uma auditoria levada a cabo pela Deloitte'" e diz que vai utilizar os meios legais "com vista à reposição da verdade e ao ressarcimento dos danos" causados. **Paulo Ferreira**

O BPP em números

3000

O universo de clientes do Banco Privado Português ronda os três milhares

2100

A maioria esmagadora dos clientes do banco são titulares de activos com capital garantido

1,2 mil milhões

É o valor total das contas dos clientes titulares de activos com capital garantido

150

O número de trabalhadores do banco ronda a centena e meia

450

Quando, em Novembro do ano passado, se tornaram públicos os problemas do banco, o Governo patrocinou através de um aval público um empréstimo com o valor de 450 milhões de euros

652

Nessa altura, os activos do banco foram avaliados em 652 milhões de euros



NUNO FERREIRA SANTOS

Os bancos em crise, duas dores de cabeça para o ministro